



## **Carta do 12º Congresso Internacional da Rede Unida em defesa da Reforma Psiquiátrica brasileira, do seu marco normativo e legal, da política pública que a orienta, e contra retrocessos na saúde mental**

Há que se respeitar e cumprir a Política Nacional de Saúde Mental como política de Estado.

Há que se cumprir (**e não infringir**) o marco normativo e legal que orienta políticas, programas e ações aplicáveis ao campo da atenção psicossocial.

Há que se respeitar o histórico e legítimo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, sua trajetória, atuação e seu papel como protagonista da Reforma Psiquiátrica brasileira, estruturante do Sistema Único de Saúde, uma das maiores expressões da luta democrática pela cidadania e a pela liberdade como eixos do cuidado.

Em 2001, decreta-se e sanciona-se a Lei brasileira 10.216/2001 – a Lei da Reforma Psiquiátrica -, a qual dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A Lei define em Parágrafo Único:

É responsabilidade do Estado desenvolver a política de saúde mental com a devida **participação da sociedade e da família**.

Assim, em atenção ao exposto, o 12º Congresso Internacional da Rede Unida e a Associação Brasileira da Rede Unida **declaram**:

- Defender o Estado Democrático de Direito;
- Defender a Reforma Psiquiátrica brasileira, estruturante do Sistema Único de Saúde;
- Não acatar qualquer possibilidade de retrocesso nos avanços técnicos, científicos e assistenciais alcançados nos últimos 20 anos no campo da atenção psicossocial;
- Apoiar incondicionalmente ao movimento de ocupação da Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde pelos familiares, usuários, trabalhadores, gestores, professores, há mais de 100 dias;

- Questionar o que representa hoje a Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, e sua inflexibilidade ao apelo dos usuários, trabalhadores, familiares, gestores, movimentos sociais, instituições de saúde e de ensino, que contestam seu currículo institucional e sua indicação para o cargo, solicitando a sua saída imediata;
- Apoio incondicional ao protagonismo político dos usuários e familiares na defesa e na construção da mais competente forma de cuidar em saúde mental, posto que a cidadania é o eixo estruturante desse cuidado;
- Apoiar a Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial;
- Apoiar a Comissão de Saúde Mental no Conselho Nacional de Saúde.

O 12º Congresso Internacional da Rede Unida e a Associação Rede Unida afirmam o desejo de olhar o futuro, certamente, mas não pelo retrovisor.

Campo Grande, 24 Março de 2016.